

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CARLOS EDUARDO JASPER

**INCENTIVO FISCAL POR MEIO DA LEI Nº 8.248/91: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2012

CARLOS EDUARDO JASPER

**INCENTIVO FISCAL POR MEIO DA LEI Nº 8.248/91: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Luiz Felipe Ferreira

FLORIANÓPOLIS

2012

CARLOS EDUARDO JASPER

**INCENTIVO FISCAL POR MEIO DA LEI Nº 8.248/91: ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 19 dezembro de 2012.

Professor Dr. Roque Brinckmann
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Luiz Felipe Ferreira
Orientador

Erves Ducati
Membro

Joisse Antônio Lorandi
Membro

Dedico esta monografia aos meus pais, Sônia e Edézio, aos meus irmãos, Viviane e Anderson e a minha namorada, Vanessa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre estar do meu lado, mesmo nos momentos onde pensava estar só. E também por me dar forças pra concluir este trabalho.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por me proporcionar um conhecimento de uma das melhores universidades do país.

A minha mãe, Sônia, por acreditar em mim, em minha formação acadêmica. Sou grato pela dignidade e pelo desempenho no papel de mãe, e por ter sempre investido, e incentivado, em minha educação. E sempre estar comigo nos momentos mais difíceis da minha vida, pois nunca esquecerei.

Ao meu pai, Edézio, por sempre me mostrar que se deve trabalhar com vontade e honestamente, a ser justo e ter responsabilidade.

Aos irmãos, Vivi (Viviane) e Maninho (Anderson), que sempre me deram carinho, cuidado e sempre acreditaram em mim.

A minha namorada, Vanessa, pela compreensão e paciência e por estar ao meu lado me auxiliando no desenvolvimento desse trabalho.

Ao meu Orientador, Luiz Felipe Ferreira, por acreditar em mim, pelo ótimo trabalho que desempenha como professor e por compartilhar seus conhecimentos para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores da Universidade, em especial ao Departamento de Ciências Contábeis.

Aquelas pessoas que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho.

*Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não
sou o que deveria ser, mas graças a Deus,
não sou quem eu era.*

Marthin Luther King

RESUMO

JASPER, Carlos Eduardo. Incentivo fiscal por meio da lei 8.248/91: estudo de caso em uma empresa de tecnologia da grande Florianópolis. 2012, 37f. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O objetivo deste trabalho constitui em analisar a aplicabilidade da lei nº 8.248/91, conhecida como lei da informática, em uma empresa de tecnologia de informação da grande Florianópolis, por meio de um estudo de caso, que foi elaborado através de análise de dados fornecidos pela empresa. Tal lei beneficia as empresas de Tecnologia da Informação com a redução de IPI em contrapartida de investimentos em P&D. Esses investimentos em P&D são calculados a partir do faturamento da empresa, e a redução do IPI se dá por meio da alíquota. Com isso, o objetivo geral é verificar o efeito da aplicação da lei nº 8.248/91. Assim, a fundamentação teórica aborda-se aspectos sobre ciência tecnologia, lei nº 8.248/91, IPI e governança tributária. No que se refere ao estudo de caso, procurou-se fazer a apresentação da empresa, e em seguida expor os dados obtidos juntamente com sua análise. Por fim, identificou-se a aplicação de tal lei, objeto de estudo, e demonstrou, na prática, que a aplicação da lei nº 8.248/91 tem efeito para cada tipo empresa. Também se conclui que a lei nº 8.248/91 trás resultados positivos em sua aplicação, tanto para as empresas quanto para o desenvolvimento tecnológico do país.

Palavras-chave: lei 8.248/91, IPI, governança tributária.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentuais de redução alíquota do IPI	20
Tabela 2: Percentuais de redução alíquota do IPI após alteração	20
Tabela 3: Distribuição dos 5% do faturamento conforme lei 8.248/91	20
Tabela 4: Percentuais de destinação do faturamento.....	21
Tabela 5: Faturamento total de produtos.....	29
Tabela 6: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D - 2010	30
Tabela 7: Distribuição 4% - 2010.....	30
Tabela 8: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D - 2011	31
Tabela 9: Distribuição 4% - 2011	31
Tabela 10: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D – 2012.....	32
Tabela 11: Distribuição 4% - 2012.....	32
Tabela 12: Efeito tributário da aplicação da lei nº 8.248/91	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma	28
------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação investimentos em P&D e renúncia fiscal	33
------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

Art. – Artigo

C&T – Ciência e Tecnologia

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTN - Código Tributário Nacional

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

PPB - Processo Produtivo Básico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.1 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA	16
1.4.1 Coleta de Dados	16
1.4.2 Limitações da Pesquisa	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNONOGIA E INOVAÇÃO	18
2.2 LEI DA INFORMÁTICA – CAPACITAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO SETOR DE INFORMÁTICA	19
2.3 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADAS (IPI)	22
2.4 GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA	24
2.4.1 Planejamento Tributário	25
3 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DOS DADOS	27
3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	27
3.2 ORGANOGRAMA DA EMPRESA	27
3.3 CONTROLE INTERNO PARA ATENDIMENTO A APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.248/91	28
3.4 APURAÇÃO DO FATURAMENTO PARA APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.248/91	29
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	34
4.1 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS	34
4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, como um dos países em desenvolvimento econômico e científico, vem aperfeiçoando-se em suas políticas no campo da ciência, tecnologia e inovação, assim ampliando o seu apoio financeiro através de vários instrumentos de fomento ao crescimento econômico e social. Nesse contexto as empresas brasileiras buscam formas de se fixarem no mercado competitivo, tornando-se sólidas e confiáveis para investidores e seus colaboradores.

Uns dos métodos de fomento da política industrial brasileira que o governo federal disponibiliza, é a criação de leis que beneficiam as empresas do ramo da tecnologia. Tais leis reduzem determinados impostos para que as empresas possam investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O imposto sobre produtos industrializados (IPI) é um deles, que por meio da lei da informática tem sua alíquota reduzida em 100% até 2014.

Estigara, Pereira e Lewis (2009, p. 140) destacam a política industrial brasileira como:

Inicialmente, as políticas brasileiras voltaram-se apenas para a Ciência e Tecnologia(C&T). A partir de 1975, começou-se a estruturar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. No contexto deste Sistema, foram arquitetados e executados Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq), até 1985, quando foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia(MCT), órgão central do Sistema de C&T.

Com isso, as políticas de iniciação ao ramo industrial no Brasil têm seu marco no início dos anos noventa, quando o governo federal cria várias leis de incentivo ao ramo tecnológico, dentre elas, destaca-se a lei nº 8.248, publicada dia 23 de outubro de 1991, conhecida como “lei da informática”, para as empresas do setor da informática e automação. E posteriormente essa lei foi aperfeiçoada pelas leis nº 10.176, de 11 janeiro de 2001, nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004 e Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Assim sendo, o presente trabalho tem por elemento de pesquisa a utilização da contabilidade tributária, de forma a utilizar a lei da informática numa empresa de tecnologia de informação, no intento de auxiliar os gestores no controle tributário, na diminuição de impostos, na definição de estratégias e na tomada de decisão em função da aplicação em seus próprios departamentos de pesquisa, visto que esse é

umas das contrapartidas do incentivo, e também em convênio com outras instituições.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Com a nova abordagem dada à governança tributária, que não se limita apenas a apuração de impostos e sim faz a gestão dos tributos, essa ferramenta é considerada indispensável para a aplicação das leis existentes atualmente, como forma de controle de processos internos, de modo a diminuir o custo tributário empresarial.

O tema a ser desenvolvido nesta monografia é de conhecimento na área tributária com enfoque na parte de incentivos fiscais decorrentes do IPI por meio da lei da informática em uma empresa de tecnologia da informação, com vistas a permitir que a contabilidade tributária ofereça informações corretas a seus usuários, tanto internos como externos.

Nesse contexto, as empresas que querem obter os incentivos fiscais devem ter uma política de planejamento tributário, que é ferramenta da governança tributária, que conforme explica Oliveira (2009, p.201):

O planejamento tributário consiste em um conjunto de medidas contínuas que visam à economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese do Fisco alterar as regras fiscais.

Assim, faz-se necessário um controle dos impostos inerentes às atividades de uma empresa, Oliveira (2009, p. 205) afirma que “após a análise individual do tributo, podemos confrontar a redução do ônus fiscal individual com os reflexos nos outros tributos”.

A aplicação da lei da informática nada mais é do que a redução do IPI por meio lícito da legislação, em outras palavras, por meio de planejamento tributário, com a redução a 0% da alíquota do IPI. Além de reduzir o imposto, a empresa aumenta sua capacidade de inovação de produtos tecnológicos, pois em contrapartida da legislação, a mesma é obrigada a investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D), com isso aumentando sua capacidade de produção e participando para a contribuição do desenvolvimento da sociedade.

Desta forma, para atender os requisitos, é necessário o acompanhamento da governança tributária, que busca reduzir riscos fornecendo dados para a organização, como previsões de impostos, e ainda acompanhar os processos produtivos da empresa, de modo a examinar e confrontar os valores de impostos previstos, e pagos. Essa governança tributária utiliza do planejamento tributário para atender suas necessidades.

Partindo dessas considerações juntamente com o interesse acadêmico em aumentar seu conhecimento nessa área específica, a presente pesquisa pretende contribuir respondendo a seguinte questão problema:

Quais os efeitos tributários decorrentes da aplicação da lei nº 8.248/91, nas empresas de tecnologia da informação?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em geral e específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar qual o efeito decorrente da aplicação da lei nº 8.248/91, conhecida como lei da informática, nas empresas de tecnologia da informação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever a renúncia fiscal decorrente da redução do IPI;
- b) Apresentar a composição da distribuição dos investimentos em P&D;
- c) Demonstrar o faturamento utilizado para a redução do IPI em relação ao faturamento total da empresa;
- d) Analisar o efeitos da tributação após a aplicação da lei 8.248/91.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Brasil encontrar-se entre os países que mais arrecada impostos no mundo, além de proporcionar um dos piores retornos das arrecadações em benefícios do bem-estar da sociedade, como proposto por (OLENIKE et al., 2012).

Como a lei da informática reduz o IPI em 100%, em contrapartida de investimentos em tecnologia, além de a empresa obter vantagens tributárias por meio da legislação, esse investimento em tecnologia já tem seu devido destino, conforme determina tal lei. Esta redução do IPI é decorrente da renúncia fiscal, onde o governo deixa de arrecadar impostos, para em contrapartida, incentivar o desenvolvimento do setor de tecnologia, tornando o país mais competitivo diante do atual cenário econômico globalizado.

Para Fabretti, (2009, p.154) a renúncia fiscal pelo aspecto material:

Diminui o alcance do fato gerador ou reduz a base de cálculo ou a alíquota aplicável ao cálculo do montante do tributo devido. Essa redução pode variar. A isenção total da alíquota é o que se denomina alíquota zero.

Nesse contexto a renúncia fiscal, fomenta a atividade industrial, por meio de investimentos em instituições de pesquisa e ao FNDCT, e também a pesquisa na própria empresa, visto que o benefício do não recolhimento do IPI proporciona tais incentivos.

Desse modo, procura-se com este trabalho descrever a aplicação da lei nº 8.248/91 por meio de uma governança tributária, que visa à continuidade da empresa, diminuindo riscos e evitando que a empresa cometa erros no cumprimento das leis inerentes a sua atividade econômica. Amaral (2011, p. 15) afirma que “governança tributária é o conjunto de procedimentos de gestão que visam à coordenação, controle e revisão dos procedimentos tributários. Com sua prática, há redução dos riscos fiscais”. Dado o exposto, fica claro que a governança tributária é parte fundamental na gestão empresarial.

1.4 METODOLOGIA

A monografia pode ser descrita como uma abordagem de um único assunto que permite apenas um problema. Nesse contexto, segundo Beuren (2006, p. 40), a monografia é “um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

Ainda para Martins (2009, p. 26) a monografia “É a elaboração de um estudo científico por um pesquisador, com a supervisão de um orientador, a partir de escolha de um tema, da delimitação de um problema e com a utilização de métodos científicos”.

Buscando atender os objetivos deste trabalho, será utilizado o tipo de pesquisa descritiva, que para Beuren (2006, p.139) “se preocupa fundamentalmente em investigar o que é, ou seja, em descobrir as características de um fenômeno”.

A partir dos conceitos e definições de alguns autores sobre monografia, o presente trabalho busca durante o processo de pesquisa e na escrita, traçar os impactos da lei da nº 8.248/91 no âmbito empresarial. Após a descrição das características da lei, parte-se para um estudo de caso da pesquisa proposta.

O estudo foi desenvolvido em uma empresa de tecnologia da informação, localizada na grande Florianópolis, que utiliza da lei nº 8.248/91 desde 2003, porém para o estudo, serão considerados os anos de 2010, 2011 e 2012. Também por motivos de políticas de segurança da informação da empresa, não foi utilizado seu nome durante o presente trabalho.

1.4.1 Coleta de Dados

Atendendo as limitações da pesquisa e considerando a intenção de atingir os objetivos deste trabalho, a coleta de dados ocorre através do levantamento de planilhas e dados da entidade, como apuração do IPI e entrevista informais com funcionários, além de leitura de materiais bibliográficos relacionados ao tema abordado. O conhecimento acerca da opinião de alguns autores, também se faz necessário para solucionar possíveis dúvidas que possam surgir no decorrer da elaboração do trabalho.

1.4.2 Limitações da pesquisa

Visando divulgar a aplicação da lei nº 8.248/91, de acordo com os objetivos geral e específico que foram propostos, houve como limitação de estudo, uma empresa de tecnologia de informação.

O estudo de caso é desenvolvido em uma empresa na grande Florianópolis, baseado nas informações e estrutura apresentada pela empresa até dia 31 de dezembro de 2012.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo está dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a proposta oferecida pelo estudo, apresentando a introdução, definindo-se o problema levantado, a justificativa, a metodologia, as limitações e a organização.

O segundo capítulo contém a fundamentação teórica, que apresenta as a política de C&T, lei da informática, IPI e governança tributária.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso na empresa de tecnologia e apresenta a análise dos resultados do estudo.

No quarto capítulo é apresentada a conclusão, os aspectos ressaltados no texto, fazendo-se as sugestões.

Ao final, estão as referências utilizadas neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, é apresentada a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento deste estudo, assim apresenta-se a política de ciência tecnologia e inovação, a lei da informática nº 8.248/91, o IPI e por fim a governança tributária.

2.1 POLÍTICA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

A política de Ciência e Cecnologia (C&T) no Brasil teve seu marco quando em 1985 foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), órgão central de ciência e tecnologia. O MCT coordena a execução dos programas e ações, que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e lidera um conjunto de instituições de fomento e execução de pesquisa (mct.gov, 2012).

Para executar suas atividades, o MCT conta com agências que fomentam a pesquisa científica e tecnológica. Entre elas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que é a secretaria de executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Assim no que diz respeito à C&T, Videira (2009, p. 139) afirma:

Setores de C&T vem aumentando consideravelmente. O pressuposto comum é o de que ciência e tecnologia são meios mais seguros e eficientes para engendrar o desenvolvimento propriamente econômico, bem como a emancipação em termos sociais.

Também para Estigara, Pereira e Lewis (2009, p. 140) descrevem CT&I como:

O Brasil vem aperfeiçoando, ao longo do tempo, suas políticas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação(CT&I), e ampliando o seu apoio financeiro, mediante vários instrumentos, às atividades inovativas, dada a consciência acerca do pequeno número de empresas até então apoiadas, em evidente contraste com a realidade vigente em outros países.

Logo, observa-se que a política ciência e tecnologia é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento de uma nação. Que para Garcia e Roselino (2004, p. 178), “exerce efeitos muito importantes sobre a economia como um todo, ao promover a competitividade da indústria doméstica e contribuir na geração de emprego e renda”. No Brasil, após a criação do MCT, muitas leis foram criadas, no início da década de 90, em prol do desenvolvimento tecnológico. Umas dessas leis,

a nº 8.248/91, conhecida como lei da informática que reduz o IPI em contrapartida de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento P&D, que visa o desenvolvimento tecnológico do país.

2.2 LEI DA INFORMÁTICA – CAPACITAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO SETOR DA INFORMÁTICA

A lei da informática foi criada com intuito de fomentar a capacitação e competitividade do setor da informática e automação, visando o desenvolvimento tecnológico do país. A lei é aplicada para redução do IPI em contrapartida de investimentos em P&D. Com isso, apresenta-se o incentivo de acordo com a lei.

O art. 4º da lei nº 8.248/91, trata das empresas que operam no desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação, que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação farão jus ao benefício de isenção do IPI, respeitando o processo produtivo básico (PPB) definido pelo Poder Executivo, condicionados à apresentação de proposta de projeto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), ou seja, a empresa encaminha sua proposta com os produtos de informática e automação que serão produzidos conforme PPB básico ao MCT.

De acordo com o art. 1º da Portaria Interministerial nº 101 de 7 de Abril de 1993, o PPB consiste em:

- a) montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;
- b) montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes;
- c) integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas;
- d) e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com os itens “a” e “b” acima;
- e) gestão da qualidade e produtividade do processo e do produto final envolvendo, inicialmente, a inspeção de matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, o controle estatístico do processo, os ensaios e medições e a qualidade do produto final.

A aprovação da proposta de projeto pelo MCT deve ser publicada em portaria interministerial, e cada empresa terá sua portaria publicada pelo MCT, conforme consta no portal do MCT a relação das empresas habilitadas, nela contendo os

produtos que a empresa irá produzir. Com isso, terá a redução do IPI conforme a lei e suas alterações.

As porcentagens de redução do IPI, conforme art. 4º da lei nº 8.248/91, alterada pela lei nº 11.077/04 inicialmente conforme tabela 1 eram:

Tabela 1: Percentuais de redução alíquota do IPI

2004 a 2014	2015	2016 a 2019
Redução de 95%	Redução de 90%	Redução de 70%

Fonte: Lei 11.077/04 (2012)

Em 2011, com mais uma alteração por meio da lei nº 12.431/11, que atualizou os anos de 2010 a 2014 em 100% a redução, ficando as porcentagens conforme tabela 2:

Tabela 2: Percentuais de redução alíquota do IPI após alteração

2010 a 2014	2015	2016 a 2019
Redução de 100%	Redução de 90%	Redução de 70%

Fonte: Lei 12.431/11 (2012)

Ainda no art. 4º, no parágrafo 3º da lei nº 8.248/91, fica garantido à utilização do crédito do IPI, constantes nas notas fiscais de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens.

Para a empresa ter direito aos benefícios previstos no art. 4º, a mesma deve investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, no mínimo 5% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta lei, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, distribuídos da seguinte forma (Art. 11 da lei 8.248/91)

Inicialmente os 5% do faturamento eram distribuídos conforme tabela 3:

Tabela 3: Distribuição dos 5% do faturamento conforme lei nº 8.248/91

Distribuição dos 5% do Faturamento	5,00%
Própria Empresa	2,70%
Institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino conveniadas	1,00%
Institutos de pesquisa ou entidades de ensino conveniadas, estabelecida na região da Sudam, Sudene e Centro-Oeste	0,80%
Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia FNDCT	0,50%

Fonte: lei nº 8.248/91 (2012)

O percentual destinado aos Institutos de pesquisa ou entidades de ensino conveniadas, estabelecida na região da Sudam, Sudene e Centro-Oeste serão distribuídos da seguinte forma:

- No mínimo 30% em universidades, faculdades, entidades de ensino e centro ou institutos de pesquisa, criados ou mantidos pelo Poder Público Federal, Distrital ou Estadual, com sede ou estabelecimento principal na região a que o recurso se destina;
- Os outros 70% em instituições de pesquisa no âmbito privado.

Com isso, evidencia-se a característica da lei em fazer a divisão de forma com que, não só as empresas se beneficiem dos investimentos em P&D, mas sim, universidades e institutos de pesquisa, fazendo com que ocorra uma multiplicação do conhecimento.

Após as alterações pelas leis nº 10.176/01 e 11.077/04, os percentuais estão diminuindo gradativamente conforme tabela 4:

Tabela 4: Percentuais de destinação do faturamento

2000	2001		2002		2003		2004 a 2014		2015		2016 a 2019	
% Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação	% Redução	Ajuste do % de Aplicação
2,70%	5,00%	2,57%	10%	2,43%	15%	2,30%	20%	2,16%	25%	2,03%	30%	1,89%
1,00%	5,00%	0,95%	10%	0,90%	15%	0,85%	20%	0,80%	25%	0,75%	30%	0,70%
0,80%	5,00%	0,76%	10%	0,72%	15%	0,68%	20%	0,64%	25%	0,60%	30%	0,56%
0,50%	5,00%	0,48%	10%	0,45%	15%	0,43%	20%	0,40%	25%	0,38%	30%	0,35%
Total	Total		Total		Total		Total		Total			Total
5% do Faturamento	4,75% do Faturamento		4,5% do Faturamento		4,25% do Faturamento		4,00% do Faturamento		3,75% do Faturamento		3,5% do Faturamento	

Fonte: Lei 8.248/91 (2012)

Então, hoje essa contrapartida está em investimentos de 4% do faturamento com, redução de 100% do IPI, no ano de 2015 3,75% do faturamento, com 90% de redução de IPI e 2016 a 2019 3,50% do faturamento, com 70% de redução do IPI.

Ainda no art. 11 dessa lei, dispõem a respeito da prestação de contas por meio de relatório que as empresas beneficiárias deverão encaminhar anualmente ao MCT, demonstrando o cumprimento, no ano anterior, das obrigações estabelecidas nesta lei, mediante apresentação de relatórios descritivos das atividades de pesquisa e desenvolvimento previstas no projeto elaborado.

2.3 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

O IPI é um imposto que incide sobre produtos industrializados nacionais e produtos importados, de acordo com sua essencialidade. Também é usado pelo governo como ferramenta reguladora da economia, pelo fato de ser um imposto extrafiscal. Oliveira (2009, p. 135) afirma “O IPI é um tributo definido como indireto, cobrado pela União e que pode ser rotulado como extrafiscal, ou seja, tem a função arrecadatória de controle da economia”.

Para Casagrande e Petri (2010, p. 109), explicam o IPI:

O IPI incide sobre produtos industrializados nacionais e estrangeiros, cuja a tributação, por ser em razão da essencialidade dos produtos, torna-o dinâmico constituindo-se assim, num dos instrumentos eficazes para atingir o objetivo econômico do governo, que foi muitas vezes, o combate à inflação.

A partir do exposto, identifica-se a ligação do IPI, com o incentivo concedido pela lei da informática, visando à competitividade do Brasil com as empresas estrangeiras, quanto à essencialidade dos produtos. O IPI também está previsto na legislação.

A base legal para o IPI está prevista na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional e no decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010.

No art. 153 da Constituição Federal de 1988, estabelece a cobrança do IPI:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
IV - produtos industrializados;
§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:
I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

- II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;
- III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

No art. 46 do Código Tributário Nacional, estabelece o IPI, e seu fato gerador:

Art. 46. O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:

- I - o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;
- II - a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do artigo 51;
- III - a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo.

No art. 47 do Código Tributário Nacional, apresenta-se a base de cálculo do IPI:

Art. 47. A base de cálculo do imposto é:

- I - no caso do inciso I do artigo anterior, o preço normal, como definido no inciso II do artigo 20, acrescido do montante:
 - a) do imposto sobre a importação;
 - b) das taxas exigidas para entrada do produto no País;
 - c) dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;
- II - no caso do inciso II do artigo anterior:
 - a) o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;
 - b) na falta do valor a que se refere a alínea anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;
- III - no caso do inciso III do artigo anterior, o preço da arrematação.

No art. 48, art. 49, art. 50 e 51 do Código Tributário Nacional, discorrem sobre mais aspectos do IPI:

Art. 48. O imposto é seletivo em função da essencialidade dos produtos.

Art. 49. O imposto é não-cumulativo, dispondo a lei de forma que o montante devido resulte da diferença a maior, em determinado período, entre o imposto referente aos produtos saídos do estabelecimento e o pago relativamente aos produtos nele entrados.

Parágrafo único. O saldo verificado, em determinado período, em favor do contribuinte transfere-se para o período ou períodos seguintes.

Art. 50. Os produtos sujeitos ao imposto, quando remetidos de um para outro Estado, ou do ou para o Distrito Federal, serão acompanhados de nota fiscal de modelo especial, emitida em séries próprias e contendo, além dos elementos necessários ao controle fiscal, os dados indispensáveis à elaboração da estatística do comércio por cabotagem e demais vias internas.

Art. 51. Contribuinte do imposto é:

- I - o importador ou quem a lei a ele equiparar;
- II - o industrial ou quem a lei a ele equiparar;
- III - o comerciante de produtos sujeitos ao imposto, que os forneça aos contribuintes definidos no inciso anterior;
- IV - o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.

No art. 4 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, está caracterizado no que tange a industrialização:

Art. 4º Caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, tal como:

I - a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova (transformação);

II - a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);

III - a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);

IV - a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria (acondicionamento ou reacondicionamento); ou

V - a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou recondicionamento).

Parágrafo único. São irrelevantes, para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

Quanto aos percentuais das alíquotas do IPI, as mesmas serem aplicadas de acordo com a tabela TIPI, instituídas pelo Decreto nº 7.660 publicado em 26/12/2011. Para um adequado tratamento do IPI, juntamente com aplicação da lei nº 8.248/91, faz-se necessário uma governança tributária, que será descrita no próximo item deste trabalho.

2.4 GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA

A governança tributária é uma ferramenta empresarial que segue os mesmos princípios da governança corporativa. Ambas têm por objetivo diminuir riscos inerentes as suas atividades. No caso da governança tributária, seu papel é o de, por meio de controles e métodos tributários, diminuir risco fiscal e representar de forma mais confiável, verdadeira e transparente suas demonstrações financeiras aos usuários internos e externos, auxiliando também na tomada de decisão.

Para Amaral (2011, p.10):

A boa Governança Tributária deve ser praticada com obediência aos princípios gerais aplicáveis à Governança Corporativa, bem como aos princípios que lhe são específicos, tais como: moralidade e ética, legalidade, *compliance*, preservar a reputação da empresa e de seus administradores e lucratividade (ou *commerciality*).

Tais princípios se tornam cada vez mais necessários no desenvolvimento das organizações, pois se utilizados de forma eficiente produzem maior controle sobre os tributos tendo em contrapartida maior lucratividade. Para atingir tais objetivos, a governança tributária utiliza do seu comitê, o planejamento tributário, que conforme Amaral (2011, p.15) “o planejamento tributário pertence à Governança Tributária por meio de remodelações societárias, de reorganizações, de uma integração entre todos os departamentos, com uma análise criteriosa de toda legislação”. Desta forma, o resultado será a diminuição da carga tributária e risco utilizando meios previstos em lei.

2.4.1 Planejamento Tributário

Para se tornarem mais competitivas, uma das alternativas é a redução de seus custos. Essa redução se faz ainda mais importante quando os custos estão relacionados com a carga tributária, que em nosso país, é um fardo muito pesado para as organizações, tendo em vista, a complexidade da nossa legislação tributária, com diversas leis e suas inúmeras alterações.

As atividades do setor fiscal de uma empresa vão muito além da escrituração fiscal e controle dos tributos de suas operações. São necessárias atitudes que permitam uma redução do ônus tributário, objetivando a exatidão no recolhimento dos tributos gerado por suas atividades operacionais. Essas atitudes devem estar amparadas na legislação tributária vigente, evitando agir de forma ilícita.

Esse estudo em torno da Contabilidade Tributária, visando benefícios para as organizações, utilizando-se de métodos lícitos para a redução da carga tributária, é conhecido como Planejamento Tributário.

Segundo Oliveira (2009, p. 205):

Para a realização de um sistema de planejamento tributário eficaz, é imprescindível que sejam considerados todos os tributos incidentes na operação empresarial. Assim após a análise individual do tributo, podemos confrontar a redução do ônus fiscal individual com os reflexos nos outros tributos.

Desta forma, além de ser uma ferramenta indispensável para que as organizações cumpram o princípio contábil da continuidade, ou seja, que a organização terá sua vida continuada ao longo do tempo, operando por tempo indeterminado, fazer Planejamento Tributário, com a globalização da economia, é um ponto muito importante dentre as ferramentas empresarias para se manter no mercado competitivo.

Dado o exposto, é possível verificar, que o papel do Planejamento Tributário dentro de uma organização assume importância ainda mais expressiva nos dias de hoje, possibilitando aos empresários, utilizarem de benefícios previstos em lei a seu favor, buscando além de uma economia tributária em suas operações, a redução dos riscos decorrente de futuras fiscalizações por parte do fisco.

3 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se a empresa objeto de estudo do presente trabalho. Por conseguinte, demonstra-se a apuração dos valores que serão distribuídos conforme a lei nº 8.248/91 e o controle interno inerente a tal atividade.

Por último, ilustra-se um exemplo prático da aplicação da lei nº 8.248/91 na apropriação dos resultados obtidos por meio do IPI em comparação com o faturamento total da empresa.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Por uma política segurança da informação da empresa, não foi usado seu nome durante o presente trabalho, assim, usa-se um nome fictício de Empresa SC.

A Empresa SC é uma empresa de tecnologia da informação que atua no segmento de telecomunicações a mais de 30 anos e está localizada na Grande Florianópolis. Possui sede própria e vários escritórios em outros estados do Brasil, bem como parceiros em países da América do sul.

Sua atividade econômica principal é o desenvolvimento de hardware para plataforma de comutação digital, juntamente com a criação de software para cada equipamento de acordo com a necessidade de cada cliente, ou seja, hardware e software sob encomenda. O serviço de suporte e locação desses produtos também fazem parte de sua atividade.

É uma empresa que busca inovação tecnológica e inteligência em comunicações aprimorando esse mercado, sua atuação está em empresas de telemarketing, operadoras, órgãos públicos, universidades, indústrias entre outras, agilizando o processo de atendimento aos fornecedores e clientes dessas entidades.

3.2 ORGANOGRAMA DA EMPRESA

O organograma da empresa é contemplado por um presidente que conta com a assistência de quatro vice-presidências, são elas: Vice-presidência administrativa financeira, Vice-presidência de tecnologia, Vice-presidência Comercial e Vice-presidência de negócios especiais.

Cada vice-presidência é dividida por até dois níveis de diretoria, conforme figura 1. As atividades da empresa foram divididas em dez grandes grupos que ganharam o nome de diretorias, Diretoria de Administração e da Qualidade (DAQ), Diretoria Financeira (DFI), Diretoria de Desenvolvimento (DDT), Diretoria de Projetos e Serviços (DPS), Diretoria de Negócios - Área Pública (DPB) e Diretoria de Negócios - Área Privada (DPR).

A figura 1 apresenta de forma estruturada o organograma da Empresa SC.

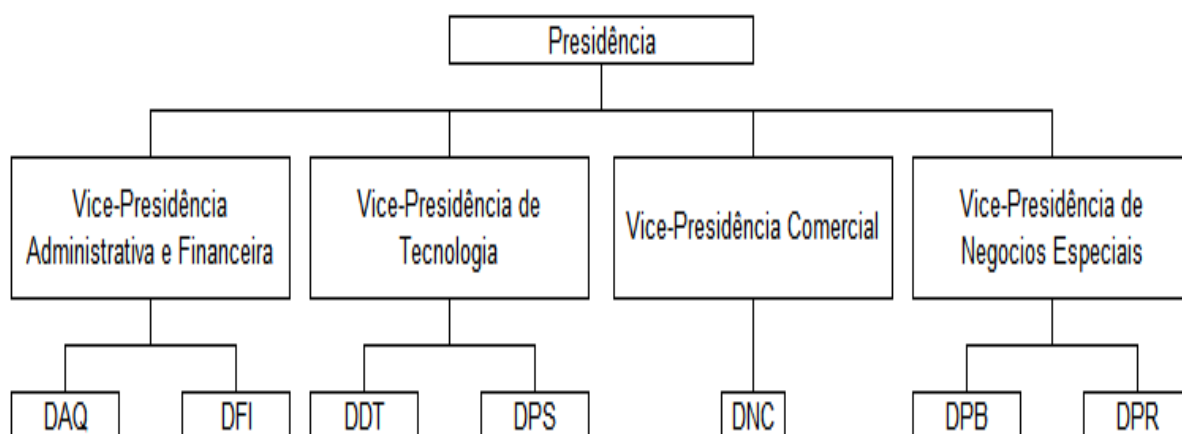


Figura 1: Organograma

Fonte: Empresa SC (2012)

3.3 CONTROLE INTERNO PARA ATENDIMENTO A APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.248/91

Os controles internos da Empresa SC direcionados para a área fiscal da empresa é feito pela equipe do planejamento tributário que é subgrupo da Gerência Financeira.

Começa com o recebimento das notas fiscais de entrada na equipe de planejamento tributário. Tal equipe está encarregada em efetuar os lançamentos contábeis e escrituração fiscal, para apurar os créditos dos impostos de tais notas. Assim, também acontece com o faturamento, com a emissão das notas fiscais de saída, devidamente escrituradas, apurando os débitos dos impostos das saídas. Com a confrontação das entradas com as saídas tem-se os impostos a pagar. Os dados são alimentados no sistema contábil/fiscal, que gera relatórios que servem de base para apuração dos impostos, que obedecem à legislação vigente. Nesse caso,

gerando relatório para atendimento a aplicação da lei nº 8.248/91. Conforme explicado no item 3.4 deste trabalho.

3.4 APURAÇÃO DO FATURAMENTO PARA APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.248/91

Conforme mencionados nos objetivos deste trabalho, os dados referentes ao total de impostos não arrecadados por meio da aplicação dos percentuais de redução da alíquota do IPI, constantes na Lei 8.248/91. Os produtos industrializados pela empresa constam no capítulo 85 da tabela TIPI e estão enquadrados no processo produtivo básico de acordo com a portaria do MCT, assim a redução do IPI está de acordo com o art. 4º da lei 8.248/91 conforme explicado anteriormente neste trabalho. A redução de 95% no ano de 2010, a alíquota do IPI de 15% passou para 0,75%. Em 2011, a alíquota também permaneceu em 0,75% até o segundo trimestre de 2011, quando houve a alteração da lei para 100% de redução, assim a alíquota passou para 0%. E em 2012 permaneceu com redução de 100%, portanto também alíquota 0%. A tabela 5 ilustra um comparativo deste valor não arrecadado nos anos de 2010, 2011 e 2012:

Tabela 5: Faturamento total de produtos

Faturamento tributado pelo IPI	2010	2011	2012
Faturamento Total	R\$ 9.987.457,97	R\$ 9.635.656,40	R\$ 9.515.045,43
Revenda	R\$ (349.525,08)	R\$ (417.279,74)	R\$ (126.866,73)
Base de Cálculo IPI	R\$ 9.637.932,89	R\$ 9.218.376,66	R\$ 9.388.178,70
IPI - 15%	R\$ 1.445.689,93	R\$ 1.382.756,50	R\$ 1.408.226,81
Alíquota do IPI com Benefício	0,75%	0,75%	0%
IPI Destacado em NF	R\$ 72.284,50	R\$ 34.076,71	-
Total do imposto não arrecadado	R\$ 1.373.405,44	R\$ 1.348.679,79	R\$ 1.408.226,81

Fonte: Empresa SC (2012)

Assim, destaca-se que o valor não arrecadado por meio do benefício da lei é significativo em relação ao faturamento onde ocorre a tributação do IPI. Porém para a aplicação da contrapartida, que é a porcentagem em investimentos em P&D, o faturamento total da empresa é adotado como base para aplicação de 4%, conforme art. 11 da lei nº 8.248/91. Assim há uma consolidação do faturamento. Para detalhar melhor o estudo, usou-se dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que estão detalhados conforme tabelas.

A tabela 6 demonstra os dados para análise do exercício de 2010, assim para a aplicação da lei nº 8.248/91, todo o faturamento é levado como base, não apenas o faturamento que compõe os produtos. Deduzidos os impostos inerentes a tais operações, observa-se que o valor correspondente aos 4% do faturamento que deve ser investido em P&D, foi superior ao valor de IPI que não foi arrecadado por meio da aplicação da lei nº 8.248/91, constante na tabela 5. Isso acontece pelo fato de que todo o faturamento deve ser utilizado para a base de cálculo dos 4%. Entretanto a maior parte desses 4% é investida na própria empresa, conforme tabela 7, que apresenta a composição da distribuição dos investimentos em P&D de acordo com a lei nº 8.248/91.

Tabela 6: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D - 2010

Faturamento Total do ano	2010
Faturamento Total	R\$ 51.835.209,98
Faturamento Hardware	R\$ 9.987.457,97
ICMS	R\$ (55.115,53)
IPI	R\$ (72.284,50)
PIS e COFINS	R\$ (917.153,55)
Faturamento Software	R\$ 11.938.541,95
ISS	R\$ (238.770,84)
PIS e COFINS	R\$ (435.756,78)
Faturamento Locação	R\$ 29.909.210,06
PIS e COFINS	R\$ (1.172.629,65)
Faturamento Líquido	R\$ 48.943.499,13
4% - Conforme Lei 8.248/91	R\$ 1.957.739,97

Fonte: Empresa SC (2012)

Tabela 7: Distribuição 4% - 2010

Faturamento Líquido	R\$ 48.943.499,13
2,16% Própria Empresa	R\$ 1.057.179,58
0,80% Intitutos de Pesquisa	R\$ 391.547,99
0,64% Institutos de Pesquisa Sudam, Sudene e Centro-Oeste	R\$ 313.238,39
0,40% FNDCT	R\$ 195.774,00
Total 4%	R\$ 1.957.739,97

Fonte: Empresa SC (2012)

A apuração do faturamento para o exercício de 2011 ocorreu conforme tabela 8, onde são apresentados os dados para análise de tal exercício. Observa-se também que o valor correspondente aos 4% do faturamento que deve ser investido em P&D, foi superior ao valor de IPI que não foi arrecadado por meio da aplicação da lei nº 8.248/91, constante na tabela 5, Isso acontece pelo fato de que todo o faturamento foi utilizado para a base de cálculo dos 4%. Entretanto a maior parte desses 4% é investida na própria empresa, conforme tabela 9 apresenta a composição da distribuição dos investimentos em P&D de acordo com a lei nº 8.248/91.

Tabela 8: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D - 2011

Faturamento Total do ano	2011
Faturamento Total	R\$ 52.653.266,14
Faturamento Hardware	R\$ 9.635.656,40
ICMS	R\$ (49.237,03)
IPI	R\$ (34.076,71)
PIS e COFINS	R\$ (888.146,12)
Faturamento Software	R\$ 12.284.239,58
ISS	R\$ (245.684,79)
PIS e COFINS	R\$ (448.374,74)
Faturamento Locação	R\$ 30.733.370,16
PIS e COFINS	R\$ (1.641.240,73)
Faturamento Líquido	R\$ 49.346.506,02
4% - Conforme Lei 8.248/91	R\$ 1.973.860,24

Fonte: Empresa SC (2012)

Tabela 9: Distribuição 4% - 2011

Faturamento Líquido	R\$ 49.346.506,02
2,16% Própria Empresa	R\$ 1.065.884,53
0,80% Intitutos de Pesquisa	R\$ 394.772,05
0,64% Institutos de Pesquisa Sudam, Sudene e Centro-Oeste	R\$ 315.817,64
0,40% FNDCT	R\$ 197.386,02
Total 4%	R\$ 1.973.860,24

Fonte: Empresa SC (2012)

A apuração do faturamento para o exercício de 2012 ocorreu conforme tabela 10, onde são apresentados os dados para análise de tal exercício. Observou-se

também que o valor correspondente aos 4% do faturamento que deve ser investido em P&D, foi superior ao valor de IPI que não foi arrecadado por meio da aplicação da lei nº 8.248/91, constante na tabela 5. Isso acontece pelo fato de que todo o faturamento foi utilizado para a base de cálculo dos 4%. Entretanto a maior parte desses 4% é investida na própria empresa, conforme a tabela 11 apresenta a composição da distribuição dos investimentos em P&D de acordo com a lei nº 8.248/91.

Tabela 10: Apuração da base de cálculo do 4% a aplicar P&D - 2012

Faturamento Total do ano	2012
Faturamento Total	R\$ 63.713.982,02
Faturamento Hardware	R\$ 9.515.045,43
ICMS	R\$ (49.388,96)
IPI	R\$ -
PIS e COFINS	R\$ (880.141,70)
Faturamento Software	R\$ 22.223.034,65
ISS	R\$ (444.460,69)
PIS e COFINS	R\$ (811.140,76)
Faturamento Locação	R\$ 31.975.901,94
PIS e COFINS	R\$ (1.704.315,58)
Faturamento Líquido	R\$ 59.824.534,33
4% - Conforme Lei 8.248/91	R\$ 2.392.981,37

Fonte: Empresa SC (2012)

Tabela 11: Distribuição 4% - 2012

Faturamento Líquido	R\$ 59.824.534,33
2,16% Própria Empresa	R\$ 1.292.209,94
0,80% Institutos de Pesquisa	R\$ 478.596,27
0,64% Institutos de Pesquisa Sudam, Sudene e Centro-Oeste	R\$ 382.877,02
0,40% FNDCT	R\$ 239.298,14
Total 4%	R\$ 2.392.981,37

Fonte: Empresa SC (2012)

A partir dos dados coletados, observa-se que a aplicação da lei nº 8.248/91 permite que a empresa, ao invés de ter custos com tributários com IPI, faça investimentos em P&D nela mesma, além de investimentos em institutos vinculados. Isso vai de encontro com o principal objetivo da lei nº 8.248/91, fomentar o crescimento científico e tecnológico do país na área da informática.

A tabela 12 representa o efeito tributário da aplicação da lei nº 8.248/91.

Tabela 12: Efeito tributário da aplicação da lei nº 8.248/91

Comparativo	2010	2011	2012
Total do imposto não arrecadado	R\$ 1.373.405,44	R\$ 1.348.679,79	R\$ 1.408.226,81
0,80% Institutos de Pesquisa	R\$ 391.547,99	R\$ 394.772,05	R\$ 478.596,27
0,64% Institutos de Pesquisa Sudam, Sudene e Centro-Oeste	R\$ 313.238,39	R\$ 315.817,64	R\$ 382.877,02
0,40% FNDCT	R\$ 195.774,00	R\$ 197.386,02	R\$ 239.298,14
Efeito Tributário	R\$ 472.845,06	R\$ 440.704,08	R\$ 307.455,38

Fonte: Empresa SC (2012)

A partir do estudo de caso, foi possível destacar que, com a aplicação da lei nº 8.248/91, houve um valor que não foi arrecadado pela tributação do IPI, e que além de fazer investimentos fora da empresa, em institutos de pesquisas vinculados, a empresa teve um resultado tributário, pois tal lei permite que o valor dos 4% do faturamento seja investido na própria empresa.

Para finalizar, o gráfico 1 representa o efeito da nº 8.248/91 em relação à renúncia fiscal e o que foi aplicado em investimentos em P&D.

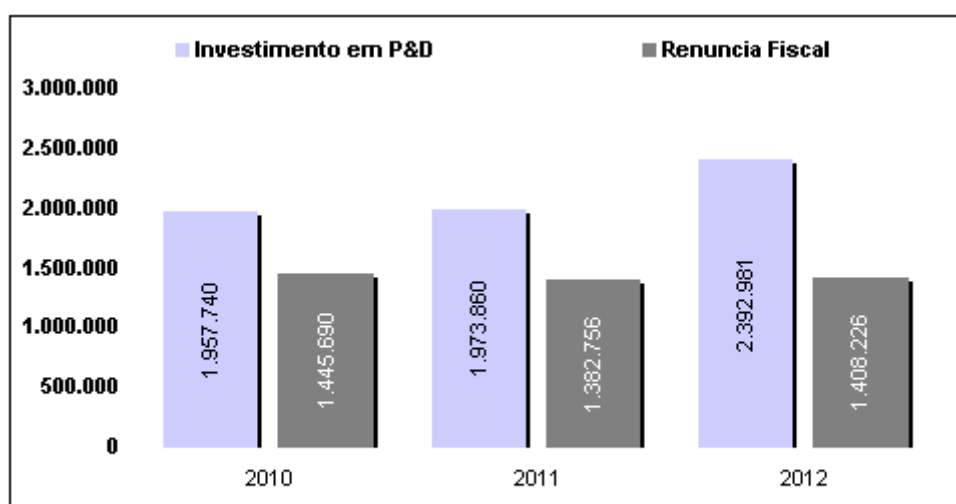


Gráfico 1: Relação investimentos em P&D e Renúncia fiscal

Fonte: Autor (2012)

Este estudo de caso conclui-se que o não pagamento do IPI instituído pela lei nº 8.248/91 fez com que o principal objetivo da lei fosse alcançado, que é fomentar a capacitação e automação no ramo da informática.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as considerações finais relativas à pesquisa. Principalmente no que se refere ao cumprimento dos objetivos propostos. E a parte final, as recomendações para futuros trabalhos acadêmicos no assunto de incentivos fiscais para empresas de tecnologia.

4.1 CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é apresentar qual o efeito tributário decorrente da aplicação da lei nº 8.248/91 na empresa escolhida como estudo de caso.

Foi observado na prática, a partir do estudo de caso, por meio da empresa escolhida, que a aplicação da lei nº 8.248/91 apresenta um benefício em sua adesão, porém concluiu-se que tal benefício se altera de acordo com a divisão do faturamento da empresa. Buscou-se por meio de cálculos e análises a melhor forma de concluir o tema abordado.

Como a lei nº 8.248/91 reduz o IPI em 100% em contrapartida de investimentos em P&D, em um primeiro momento a redução de 100% se observa que o governo não terá receita, no entanto, a renúncia fiscal admite que o país se desenvolva cientificamente, permitindo que o mesmo seja inserido no mercado global.

Os objetivos propostos da pesquisa foram cumpridos satisfatoriamente. O primeiro objetivo de descrever a renúncia fiscal decorrente da redução do IPI foi apresentado, pois se verificou que a empresa deixou de arrecadar IPI nos anos analisados de acordo com a lei nº 8.248/91. O segundo objetivo de apresentar a composição da distribuição dos investimentos em P&D destacou-se tal distribuição de acordo com art. 11 da lei 8.248/91 e identificou-se que a empresa é beneficiada, porque maior parte da distribuição é reinvestida na mesma. Já no terceiro objetivo de demonstrar o faturamento utilizado para a redução do IPI em relação ao faturamento total da empresa, concluiu-se que para a apuração dos 4% para investir em P&D, todo faturamento da empresa é utilizado como base, não apenas o faturamento onde ocorre a tributação do IPI. Por fim, o quarto objetivo de analisar o efeito

tributário decorrente da aplicação da lei nº 8.248/91, concluiu-se que o intuito da lei em fomentar capacitação e automação no ramo da informática no país por meio da renúncia fiscal é atendida, além da empresa fazer investimentos internos em P&D, também faz investimentos em institutos de pesquisa privados e públicos, seguindo as regras constantes na lei 8.248/91. Outro ponto positivo na adesão de tal lei é que, a empresa obteve um resultado tributário nos três anos analisados. Assim evidencia-se que o governo é capaz de criar leis que resultem benefícios mútuos, tanto para o governo como para as empresas que utilizam as mesmas.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como o objetivo do estudo foi a aplicação da lei nº 8.248/91, o estudo limitou-se apenas na área fiscal da empresa, que por meio da governança tributária buscou reduzir o IPI, em contrapartida de investimentos em P&D. Para sugestão de futuros trabalhos, sugere-se verificar se a empresa desenvolveu novos produtos a partir dos investimentos realizados em P&D.

Recomenda-se também o estudo em outras empresas de tecnologia da informação, que tenham seu faturamento total ou maior parte dele seja decorrente do desenvolvimento de produtos, para comparar o resultado das duas empresas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz do. **Governança tributária: imprescindível para as empresas**. 2011. Disponível em: < <http://www.governancatributaria.com.br/>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

AMARAL, Letícia Mary Fernandes do. **Governança tributária na prática**. 2011. Disponível em: < <http://www.governancatributaria.com.br/>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8248.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010**. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm >. Acesso em 12 de novembro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.660 de 26 de dezembro de 2012**. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2011/dec7660.htm>> Acesso em 08 de novembro de 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 101 de 7 de abril de 1993**. Dispõe sobre o processo produtivo básico. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8039.html?tema=Processo%20Produtivo%20B%E1sico> > Acesso em 15 de novembro de 2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. atual São Paulo (SP): Atlas, 2006.

CASAGRANDE, Maria Denize Henrique; PETRI, Sérgio Murilo. **Contabilidade tributária I**. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2010.

ESTIGARA, Adriana; PEREIRA Reni; LEWIS, Sandra A. Lopes Barbon. **Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais**. São Paulo (SP): Atlas, 2009.

FABRETTI, Laudio Camargo. **Contabilidade tributaria**. 11. ed. rev. atual. São Paulo (SP): Atlas, 2009

GARCIA, Renato; ROSELINO, José Eduardo. **Uma avaliação da lei da informática e de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial**. Gestão e Produção. vol.11 no.2 São Carlos Mai/Ago. 2004. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2004000200004&script=sci_arttext> Acesso em 10 de novembro de 2012.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. . **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 3. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78973/Historico.html> > Acesso 10 de novembro de 2012.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLENIKE et al. **Estudo da Relação da Carga tributária versus Retorno dos recursos à População em termos de Qualidade de vida**. Disponível em: < <http://www.ibpt.com.br/noticias/3/estudos#> > Acesso 12 de novembro de 2012.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **25 anos de MCT: raízes históricas da criação de um ministério**. Rio de Janeiro (RJ): Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.